



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 24 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 11/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 11/2018; -----
2. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 12/2018; -----
3. Associação de Municípios da Cova da Beira – Comparticipação Nacional de Projetos Aprovados; -----
4. Associação de Municípios Natureza e Tejo - Comparticipação Nacional de Projetos Aprovados; -----
5. Proc. N.º MA - 09/2017: “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor” – 2.ª Prorrogação Graciosa do Prazo de Execução; -----

6. Proc. N.º MB - 07/2018: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Lote 1 - Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos; -----

7. Proc. N.º MC - 08/2018: “Beneficiação da Barragem da Baságueda” – Autorização para Pagamento do Auto de Medição n.º 1 (único); -----
8. Proposta para Aquisição de Imóveis; -----
9. SIADAP – “Sistema de Planeamento, Visão, Missão e Objetivos Estratégicos”; -----
10. Proposta de Abertura do Procedimento de Contratação de Empréstimo IFRRU para Financiamento da Componente Nacional da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

11. Atribuição de Apoio Financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor;

12. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram onze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 5 de dezembro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

A Sr.^a vereadora Sandra Vicente cumprimentou os presentes e congratulou-se com o evento “Vila Madeiro” inaugurado no dia 7 de dezembro, uma aposta do município na promoção do concelho. Destacou a participação de cerca de trezentos idosos no “Natal Sénior” que decorreu no dia 16 no Pavilhão Desportivo, com um conjunto de iniciativas, missa, almoço convívio, proporcionando um dia diferente aos idosos do concelho de Penamacor. Salientou, também, no âmbito do Vila Madeiro, a 2.^a edição da Corrida Noturna Solidária Vila Madeiro que terá lugar no dia 23 de dezembro, organização



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

conjunta da Associação Desportiva Penamacorense e do Município de Penamacor. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 11/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 11/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 6 de dezembro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 12/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 14 de dezembro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

3 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA – COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL DE PROJETOS APROVADOS. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a AMCB - Associação de Municípios da Cova da Beira candidatou e conseguiu a aprovação de projetos com financiamento POSEUR, POCTEP e PPEC – ERSE – AMCB e PPEC –ERSE - ENERAREA; Tratando-se de projetos em que o Município é parceiro e, estando totalmente executados ou em fase de execução, propõe-se que seja deliberado ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o valor de € 35.595,80 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco euros e oitenta centimos), a transferir sob a forma de transferência de capital, que corresponde à parte acordada para participação do município nos respetivos projetos, relativamente ao ano de 2018;-----

Mais se propõe que seja aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NATUREZA E TEJO – COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL DE PROJETOS APROVADOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a Associação de Municípios Natureza e Tejo candidatou e obteve a aprovação de projetos no âmbito do Portugal 2020, a saber, Provere iNature e INTERREG’s EURACE e REDES; Tratando-se de projetos em que o Município é parceiro e, estando totalmente executados ou em fase de execução, propõe-se que seja deliberado ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o valor de € 8.180,17 (oito mil cento e oitenta euros e dezassete centimos), a transferir sob a forma de transferência corrente, que corresponde à parte acordada para participação do município nos respetivos projetos, relativamente ao ano de 2018;-----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Mais se propõe que seja aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – PROC. N.º MA – 09/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR” – 2.ª PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE EXECUÇÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a 2.ª prorrogação graciosa do prazo da empreitada “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: carta apresentada pela firma José António Parente, Lda., de 26 de novembro de 2018 e informação técnica (Processo 2750/2018 EXT), de 10/dez./2018. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A concessão da 2.ª prorrogação graciosa do prazo (sem direito a revisão de preços), por 90 dias seguidos, incluindo sábados, domingos e feriados, para execução da empreitada em epígrafe, até ao dia 16 de março de 2019, solicitada pela firma José António Parente, Lda.; -----

Autorização para notificar o adjudicatário da prorrogação graciosa do prazo concedida; -----

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – PROC. N.º MB – 07/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR” – LOTE 1 - APROVAÇÃO DO

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE PAGAMENTOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de pagamentos, uma vez que a empreitada foi adjudicada por um valor contratual superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação, de 12 de dezembro de 2018, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos, apresentado pela sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda. referente à empreitada “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – PROC. N.º MC – 08/2018: “BENEFICIAÇÃO DA BARRAGEM DA BASÁGUEDA” – AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DO AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1 (ÚNICO). -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara autorizar o pagamento do auto de medição n.º 1 (único) da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que o mesmo apresenta um valor superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de medição n.º1 acompanhado de respetiva fatura, informação, de 12/dez./2018 (Processo n.º 2773/2018 EXT), publicitação do contrato e compromisso emitido; -----

Mais se informa, que a obra se encontra concluída pelo que o valor do compromisso deverá ser retificado de modo a anular a verba prevista para o ano de 2019. -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação do auto de medição n.º 1 (único) e o respetivo pagamento da empreitada de obras públicas: “Beneficiação da Barragem da Baságueda”, no valor de € 197 494,34 + IVA; -----

2 – Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 – PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos da competência prevista n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art. 14º nº 1 al. f) do D.L nº 18/2008 de 29 de Janeiro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a aquisição de bens imóveis até ao valor de 1000 vezes a RMMG, por força da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E embora tal competência se encontre delegada no Presidente da Câmara Municipal por deliberação do órgão Executivo datada de 25 de outubro de 2017, ao abrigo do que dispõe o nº 1 do artigo 34º do mesmo diploma, certo é que por força da supremacia do órgão delegante e do seu poder de avocação, cabe à Câmara Municipal o poder de deliberar sobre a aquisição de imóveis até ao referido valor. -----

Assim, nos termos das disposições conjugadas das normas legais atrás referidas, proponho que a Câmara Municipal proceda à aquisição de: -----

-Edifício da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Penamacor (Prédio urbano, sito na Rua Ribeiro Sanches, inscrito na matriz da freguesia de Penamacor, sob o artigo n.º 1452, com uma área total de 252,00m2 - € 183.000,00; -----

- Centro Histórico Art.º 11, sito na Rua de Santa Maria Cimo de Vila, inscrito na matriz da freguesia de Penamacor, sob o n.º 11, com uma área total de 138,00m2 - € 8.675,00; -----

- Centro Histórico Art.º 1388, sito na Rua de Santa Maria Cimo de Vila, prédio urbano, inscrito na matriz da freguesia de Penamacor, sob o n.º 1388, com uma área total de 35,00m2 - € 7.225,00; -----

Total = € 198.900.00. -----

Foram efetuadas as avaliações dos referidos imóveis cujos relatórios se encontram anexos e aqui se dão como reproduzidos. -----

Mais proponho que a Câmara Municipal autorize e aprove a realização da correspondente despesa com a aquisição, bem como o pagamento das despesas com a celebração das escrituras de compra e venda, os registos prediais e outros encargos associados. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA. -----

Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 164º da Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro (LOE)". -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Vereador Domingos Torrão congratulou-se com o final das negociações. Realçou a excelente localização do imóvel e sugeriu o aproveitamento de todas as obras já efetuadas. -----

9 – SIADAP – “SISTEMA DE PLANEAMENTO, VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que o Sistema integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei 66/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, que veio a ser adotada à Administração Autárquica, pelo decreto Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro, visa reforçar uma cultura de avaliação e responsabilização. -----

Considerando que nos termos do artigo 4º do citado Decreto Regulamentar o SIADAP, constitui um instrumento de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais determinados pelo executivo e dos objetivos anuais e plano de atividades, baseados em indicadores de medida a obter pelos serviços. -----

Considerando que o Siadap integra-se no ciclo anual de gestão e tem como uma das fases a fixação de objetivos de cada unidade orgânica, para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas e objetivos estratégicos plurianuais; -----

Assim, no uso da competência que me está legalmente atribuída nos termos da alínea a) do nº 1 do art. 3º de Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro, conjugado com os artigos 60º e 62º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as devidas alterações, e em conformidade com a alínea a) do nº 5 do citado decreto-regulamentar, que prevê a fixação dos objetivos de cada unidade orgânica para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas e objetivos estratégicos plurianuais determinados pelo executivo; -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E -----

Em coerência com os documentos aprovados pelo executivo, designadamente Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2019, Mapa de Pessoal para 2019 e o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais define-se como: -----

Missão: -----

Definir estratégias e linhas orientadoras para o desenvolvimento sustentável do Município, contribuindo para a sua afirmação no panorama Nacional e Internacional, imprimindo políticas competitivas, através da execução de medidas e programas, em todas as Áreas de intervenção local. -----

Visão: -----

Afirmar o Concelho enquanto destino turístico de excelência -----

Construir um Concelho de referência na área do Património, Educação Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento Urbanístico, na Competitividade e Emprego, Na Inovação e Modernidade; -----

Promover o desenvolvimento Integrado, sustentado e Harmonioso, eliminando as assimetrias e as desigualdades; -----

Valores de Objetivos -----

1-Na sua relação com os cidadãos, com as entidades da sociedade civil e com outros órgãos, o Município guiar-se-á pelos princípios que o regem e caracterizam: igualdade de tratamento dos cidadãos, isenção, independência, exigência, rigor e transparência; -----

2-Os Serviços Municipais pautam, ainda, a sua atividade por um conjunto de objetivos determinantes; -----

Determino o seguinte: -----

1-Pilares de orientação estratégica: -----

POE 1- Reforço da Competitividade Económica -----

POE 2- Promoção da Sustentabilidade do território e dos recursos -----

POE 3- Fomentar a coesão territorial e a inclusão social -----

POE 4- Promoção da capacitação institucional e eficiência dos serviços; -----

2- Objetivos estratégicos: -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

OE 1- Dinamizar e diversificar, através do incremento de parcerias, o setor do turismo, da agroindústria, dos serviços e dos produtos locais, criando condições para promover a empregabilidade; -----

OE 2- Captar Investimento externo, criar condições para promover a empregabilidade; -----

OE 3- Reforçar a identidade do Município; -----

OE 4- Promover uma política coerente e sustentável de ordenamento do território e de qualificação do ambiente urbano, através de uma estratégia de desenvolvimento urbano; -----

OE5- Proteger o ambiente e preservar os recursos naturais existentes no concelho; -----

OE6- Valorizar, requalificar e conservar os recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho; -----

OE7- Promover a inclusão social e o emprego -----

OE 8- Aprofundar e apoiar o movimento associativo local de natureza desportiva, recreativa e social; -----

OE9- Investir na educação, na saúde e na ação social, designadamente em políticas que incentivem e promovam a natalidade; -----

-

OE 10- Qualificar a prestação do serviço Público; -----

-

Mais determino, considerando a visão, missão, os valores e objetivos, os pilares de orientação estratégica e os objetivos estratégicos, as linhas de orientação às quais os responsáveis das unidade orgânicas se devem subordinar para a apresentação das propostas de objetivos para biénio de 2019/2020, respetivamente. -----

Assim, propõe-se que os serviços competentes procedam às necessárias articulações e estructurem os diversos subsistemas do SIADAP, para que os mesmos possam funcionar de forma integrada pela coerência entre os objetivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, os objetivos do ciclo de gestão da entidade, os objetivos das unidades orgânicas, os objetivos



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

fixados na carta de missão do dirigente superior e os objetivos fixados aos demais trabalhadores, por forma a garantir que aquele instrumento permita o adequado acompanhamento, bem como a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais acima aprovados”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO IFRRU PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE NACIONAL DA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO TEATRO CLUBE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

O Município de Penamacor candidatou ao CENTRO2020, a Reabilitação do Edifício do Teatro Clube, cabendo à autarquia o financiamento da componente nacional da candidatura no montante global de 1.614.388,91€. -----

A referida intervenção se enquadra nas operações de reabilitação urbana previstas no art.º 107º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do n.º 1 do art.º 107º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, “em 2018, a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 30 /prct. por efeito, exclusivamente, de empréstimos para financiamento de operações de reabilitação urbana”. -----

Na presente data o Município de Penamacor dispõe de capacidade de endividamento para a contratação de um empréstimo IFRRU2020 para financiamento da componente nacional supramencionada. -----

Propõe-se, assim, que: -----

1. A Câmara Municipal de Penamacor delibere a abertura do procedimento de contratação do Empréstimo IFRRU2020, para o Financiamento da Componente Nacional da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube, no valor de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1.614.388,91€. -----

De forma a cumprir com requisito legal previsto no n.º 5, do Artigo 49º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e em função das entidades gestoras contratualizadas pelo programa IFRRU, propõe-se que sejam convidadas a apresentar propostas as Entidades Financeiras associadas ao programa, nomeadamente: -----

- Banco BPI, SA; -----

- Banco Santander Totta, SA; -----

- Millennium BCP, SA; -----

2. O júri do procedimento com vista à elaboração do Relatório de Avaliação das Propostas, seja constituído do seguinte modo: -----

-- Presidente – António Luís Beites Soares; -----

-- Vogal Efetivo – Paulo Alexandre Felizardo Servo; -----

-- Vogal Efetivo – Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira; -----

-- Vogal Suplente – Manuel Joaquim Ribeiro Robalo; -----

-- Vogal Suplente – Simão Esteves Carreirinho. -----

-3. A Câmara Municipal proceda à aprovação do Caderno de Encargos do procedimento de contratação do Empréstimo IFRUU2020, para o Financiamento da Componente Nacional da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube, que se anexa à presente Proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

11 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Para efeitos de investimento, Proponho atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor, instituição particular de solidariedade social com sede em Penamacor, um apoio financeiro no valor de € 100.000,00 (cem mil euros), ao

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

abrigo da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Vereador Domingos Torrão congratulou-se com o trabalho desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Penamacor. Disse que não via qualquer problema em atribuir o montante de 150.000,00 euros, solicitado pela Santa Casa, valorizando o trabalho meritório da instituição, a possibilidade de requalificar e recuperar o seu património, prestando um serviço com mais qualidade e mais abrangente. A este propósito, referiu que a economia social tem sido a grande criadora de postos de trabalho no concelho. Considerou que a nível das IPSS, é importante dar condições aos idosos, disponibilizando mais meios, mais técnicos. Disse que não será só com as transferências do Ministério da Segurança Social que será possível fazer face a todas as despesas. Alertou para a necessidade de o executivo analisar a situação atual das associações, o seu futuro e a capacidade de resposta que têm dado às necessidades no concelho de Penamacor. -----

12 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 11.419.006,43 euros e uma despesa também acumulada de 7.006.191,54 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram doze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

Teresa Bento Ribeiro

O Presidente da Câmara

António Luís Beites Soares